



EXCLUSIVO | PEGO NA MENTIRA

Novo ministro não é doutor nem oficial de carreira da Marinha

Carlos Alberto Decotelli é o 11º militar a ocupar um cargo na Esplanada de Bolsonaro **Página 7**

CALENDÁRIO DE INCERTEZAS



2020.1 O que será o ontem?

Passados 100 dias sem aulas presenciais, a UFRJ avança com debate sobre o ensino remoto, mas professores e estudantes ainda colecionam dúvidas sobre o que acontecerá com o primeiro semestre de 2020 e com os próximos meses letivos

- O que acontecerá com o 2020.1?
- As aulas remotas serão obrigatórias?
- Como serão as avaliações?
- O que a UFRJ vai fazer para todos os alunos terem acesso eficiente às aulas remotas?

EDITORIAL

DEPOIS DO FORA WEINTRAUB, OS DESAFIOS DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO

DIRETORIA

Graças a nossa luta, Weintraub caiu. E fugiu. A mídia e a elite política querem fazer da queda de Weintraub uma vitória deles. Assim, se posicionam para ditar a agenda do novo ministério. De fato, havia uma contradição entre os interesses do ministro mais bolsonarista dos bolsonaristas e parte da elite empresarial e política. Contudo, sem a nossa mobilização, tal contradição teria sido apaziguada nos acordos de bastidores e nas composições palacianas.

É preciso, portanto, (re)afirmar o nosso papel nesse processo que levou ao “exílio” do agora ex-ministro. Desde que ele assumiu, em 07 de abril de 2019, não demos descanso às suas intenções bolsonaristas de destruir a universidade e o conhecimento e de atacar a educação como um todo.

Primeiro, fomos às ruas contra o corte de gastos e fizemos o 15 de maio de 2019. Derrotamos parte do contingenciamento, forçando o governo a voltar atrás. Em seguida, foi a vez de acabar com o Future-se. Lançado em julho de 2019, o programa foi inviabilizado já setembro, quando a maioria das universidades o rejeitou. Weintraub ainda tentou remodelar o projeto, em vão.

No começo de 2020, novos desafios: primeiro, desmascarar a farsa da eficiência com o ENEM e os erros nas notas de milhares de estudantes; na sequência, derrotar os ministros nas várias medidas autoritárias que vieram por Medidas Provisórias e Decretos: a nova regulamentação para as eleições de reitor; o limite de viagens acadêmicas e científicas; a carteira digital estudantil, entre outras. Nossa mobilização foi decisiva para o recuo do MEC nas portarias e para que o Congresso deixasse caducar e rejeitasse as medidas provisórias de interesse de Weintraub.

O novo ministro que assume, Carlos Alberto Decotelli, se apresenta como quadro técnico. Porém, no fechamento desta edição, nosso jornalismo conseguiu apurar em primeira mão duas mentiras do novo ministro: primeiro, que ele não tem doutorado. Fizemos contato direto com o reitor da Universidade de Rosário, que confirmou que Decotelli teve a tese reprovada pela banca após cumprir os créditos; além disso, seu currículo militar também é questionável. O MEC diz que o novo ministro é oficial militar de reserva da Marinha, Contudo, ele passou apenas dois anos na Escola de Formação de Oficiais para a Reserva da Marinha (EFORM). Não é um quadro que fez carreira no Marinha, progredindo na hierarquia, mas sim um reservista de baixa patente.

Pego na mentira antes mesmo de tomar posse, Decotelli seguramente fará um ministério não de enfrentamento contra tudo e contra todos, mas de composição entre militares, olavistas, empresariado, elite política. As Escolas Cívico-Militares vão avançar ainda mais. A abertura de setores da educação para a iniciativa privada também.

O NOVO MINISTRO

que assume, Carlos Alberto Decotelli, se apresenta como quadro técnico. Porém, no fechamento desta edição, nosso jornalismo conseguiu apurar em primeira mão duas mentiras do novo ministro: primeiro, que ele não tem doutorado. Fizemos contato direto com o reitor da Universidade de Rosário, que confirmou que Decotelli teve a tese reprovada pela banca após cumprir os créditos; além disso, seu currículo militar também é questionável



Nosso desafio será maior, sem dúvidas. Primeiro, precisaremos de um olhar muito qualificado sobre os projetos do novo ministro. Sem as contradições com a mídia, será mais difícil difundir os efeitos danosos das propostas governamentais.

Segundo, precisaremos de uma intervenção junto ao parlamento ainda mais incisiva. Sem os ataques contra os parlamentares oriundos do titular da pasta, seguramente perderemos parte do legislativo que se colocava contra qualquer iniciativa do Weintraub.

Por fim, precisaremos de uma mobilização mais ampla. Só conseguiremos sensibilizar o Congresso e a imprensa se formos capazes de furar a bolha e ir às ruas com amplos setores, para além da vanguarda que já participa das nossas dinâmicas cotidianas e regulares.

Não será fácil, sem dúvida. Mas o que fizemos até aqui tampouco foi trivial, pois em um ano e meio de governo Bolsonaro conseguimos derrubar dois ministros. Cada troca na pasta é um tempo que ganhamos para tomar fôlego, são meses de paralisação nos projetos de destruição da ciência e de ataque aos professores, técnicos-administrativos e estudantes.

Que venha o próximo, então. Senhor Decotelli, estaremos aqui, prontos para defender o conhecimento e a democracia.

HOMENAGEM

UFRJ REALIZA EVENTO PARA CELEBRAR LEGADO DO EX-REITOR CARLOS LESSA

Live vai homenagear Carlos Lessa no dia em que ele completaria 84 anos, em 30 de junho. A atividade, que acontece a partir das 16h, vai reunir familiares do ex-reitor e personalidades da universidade, como o filho Rodrigo Lessa e a economista Maria da Conceição Tavares. O ex-ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, também confirmou presença. A homenagem a Lessa, que faleceu no dia 5, é uma realização do Fórum de Ciência e Cultura. O evento poderá ser acompanhado no Youtube e no Facebook da unidade.

Carlos Lessa, intérprete do Brasil
uma homenagem da UFRJ

30/06 • terça-feira • 16h

MEDIADORES
Denise Pires de Carvalho - Reitora da UFRJ
Carlos Frederico Leão Rocha - Vice-reitor da UFRJ
Cristina Ayoub Riche - Ovidoras da UFRJ

CONVIDADOS
Maria da Conceição Tavares - professora emérita da UFRJ
Rodrigo Lessa - filho de Carlos Lessa
Rosa Freire D'Aguiar - Centro Celso Furtado
Fábio Sá Earp - professor de Economia da UFRJ
Daniel Kosinaki - ex-aluno e Diretor de Relações Institucionais do Instituto de Brasília
Darc Costa - amigo de Carlos Lessa e Presidente do Instituto de Brasília
Celso Amorim - ex-Ministro das Relações Exteriores

Ao vivo no YouTube e no Facebook do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ



Calendário de incertezas: o que será do amanhã?

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Esta semana, a UFRJ completou 100 dias sem aulas presenciais. A universidade, claro, não parou. Os vínculos entre professores e alunos foram mantidos em orientações, atividades de extensão e pesquisas, por exemplo. Mas o já longo período sem atividades didáticas e a incerteza quanto ao término da pandemia movimentaram o debate dos colegiados acadêmicos da instituição em direção ao ensino remoto. Nos últimos dias, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) autorizaram as aulas em meio virtual, liberaram cada uni-

dade para montar o formato e não cancelaram o primeiro semestre de 2020. Na graduação, foi criado um “período letivo especial” para a fase em que haverá aulas remotas.

As mudanças geraram uma série de dúvidas entre professores e estudantes. A reitoria pecou em sua tarefa de unificar as ações acadêmicas da universidade. O **Jornal da AdUFRJ** ouviu professores e estudantes sobre o tema, além de realizar cobertura assídua dos colegiados e grupos de trabalho que estão debatendo o assunto. Há questionamentos de todo o tipo. Desde o modelo de avaliação virtual que será implementado até o que será feito com o semestre 2020.1. As respostas e as análises ocupam três páginas e irão continuar na próxima edição.

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020 NÃO SERÁ CANCELADO

A autorização para aulas remotas significa o cancelamento do período 2020.1?

Não. O período 2020.1 da graduação está congelado. “A UFRJ não pensa em hipótese nenhuma em cancelar o período 2020.1”, contou a professora Gisele Viana Pires, pró-reitora de Graduação e presidente do CEG. “Até porque já tivemos atividades no período, como refeições de grau, defesas de trabalho de conclusão de curso e mais de um mês de aulas para os alunos de Medicina”, explicou. O período de aulas remotas será especial, e não vai contar para o número máximo de períodos que o aluno tem para concluir seu curso. Na pós-graduação, o novo calendário trata dos períodos 2020.1 e 2020.2. Com menos alunos e turmas menores, a pós tem mais flexibilidade para começar as aulas remotas. “Muitos programas estão dando aula, em comum acordo entre professores e seus alunos. Os alunos começaram a pedir, e isso foi andando”, afirmou a pró-reitora de Pós-Graduação Denise Freire. O calendário substituído vai atender as turmas que ainda não tiveram aulas, mas também confirmar as atividades que já aconteceram remotamente.

período especial de aulas. Além disso, os estudantes poderão trancar a disciplina em qualquer momento do curso, desde que seja antes do lançamento da nota. Nos cursos de pós, pesquisadores poderão requerer a qualquer momento o grau “J”, que significa abandono justificado da disciplina.

Professores que não oferecerem disciplinas remotas sofrerão algum prejuízo?

Não. Tanto na graduação quanto na pós, a oferta de disciplinas é facultativa. “Já há professores dizendo que não vão oferecer. No caso da pós-graduação, a grade não é fixa, salvo raríssimas exceções. Uma disciplina pode substituir a outra. Os alunos vão poder procurar por disciplinas com créditos equivalentes”, explicou Denise Freire.

Como será a oferta de disciplinas remotas?

A decisão de quais disciplinas serão oferecidas ficará a cargo das unidades (no caso da graduação), dos programas (na pós) e dos professores.

Já foram feitas todas as matrículas dos alunos de 2020.1?

Os 830 alunos da terceira chamada da Lista de Espera do Sisu 2020.1 estão fazendo a sua matrícula remotamente. O processo será concluído no começo de julho, quando a Comissão de Heteroidentificação vai se reunir, em um processo que precisa ser presencial, para analisar os casos dos alunos cotistas.

A UFRJ terá vaga para estudantes do Sisu 2020.2?

Sim. A UFRJ fez a manifestação de interesse e aderiu ao Sisu 2020.1. Agora a universidade aguarda o Inep, já que o período de inscrições no Sisu foi adiado para 7 a 10 de julho. A matrícula destes alunos na UFRJ será feita toda de maneira remota.



Quando começa o período 2020.2?

“Só posso falar no segundo semestre de 2020 quando a gente terminar o primeiro semestre, e isso depende da pandemia”, explicou Gisele Pires. “O início das atividades acadêmicas de 2020.2 será depois do término de 2020.1. É um processo de construção delicado, que envolve vários setores da UFRJ”.

A UFRJ determinará uma única plataforma para o ensino remoto?

Não. Está sendo feito o treinamento em duas plataformas: no Google Classroom e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que é uma instalação da plataforma Moodle oferecida pelo Instituto Tércio Pacitti (ex-NCE). A diversificação tenta impedir travamentos em caso de múltiplos acessos. “São 50 mil alunos na graduação e mais 10 mil na pós. A AVA não tem infraestrutura para aguentar todo mundo”, explica o professor Bruno de Paula, coordenador do Núcleo de Ensino a Distância, da Pró-reitoria de Graduação.

Como os professores aprenderão a utilizar as plataformas?

Cada unidade participa do treinamento com dois representantes, um por plataforma. Eles devem agir como multipli-

cadores do aprendizado iniciado junto ao Instituto Tércio Pacitti, para o AVA, e à Superintendência de Tecnologia da Informação (TIC), para o Google Classroom. Além disso, haverá tutoriais disponibilizados em cada plataforma.

Como fica a situação das disciplinas que exigem aulas práticas?

Também fica a critério de cada unidade. No início da quarentena, o MEC restringiu a autorização para a realização de disciplinas remotas às aulas teóricas. Na semana passada, nova portaria flexibilizou a autorização, desde que obedecidas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação.

Como vai funcionar o ensino a distância?

O formato depende do curso e do professor. A Comissão de Formas Alternativas de Ensino da UFRJ, criada pela reitoria em abril, prepara um relatório com sugestões de boas práticas. Uma delas é que sejam privilegiadas atividades assíncronas, ou seja, em que não há reunião entre alunos e docentes em tempo real. E que as atividades síncronas sejam gravadas para posterior disponibilização. Aulas síncronas demoradas também devem ser evitadas. **(Colaborou Kelvin Melo)**

PROVA, TRABALHO, SEMINÁRIO...

Como avaliar os alunos com aulas remotas?

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

A avaliação é um dos aspectos mais preocupantes da adaptação emergencial ao ensino remoto na UFRJ. O que fazer? Como fazer?

“O bom senso deve prevalecer e as pessoas devem entender que o momento exige adaptação de todos os lados. É uma experiência inesperada e única”, afirma o coordenador do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Pró-reitoria de Graduação, professor Bruno Souza de Paula.

O docente, um dos integrantes da comissão criada pela reitoria para pensar o ensino remoto na UFRJ, observa que haverá liberdade para o docente avaliar seus alunos, assim como já existe no ensino presencial. “Já é assim. Se olhar como funciona no presencial, as avaliações já são diferentes em muitos cursos”, observa.



BRUNO SOUZA DE PAULA
Coordenador do NEAD

Bruno explica que os professores poderão aplicar provas por plataformas de ensino remoto que já estão sendo ensinadas às unidades (leia mais na página 3). Haverá possibilidades como entrega de trabalhos ou questionários que ficam disponíveis por um determinado tempo. A partir do momento que são acessados pelo aluno, existe um prazo de resposta. Também pode ser criado um banco de questões, evitando que os alunos façam exatamente a mesma prova.

MODELO SEM PROVA

Designer instrucional do Cederj, Bruna Werneck conta que o próprio consórcio, referência de educação a distância há 20 anos, está se adaptando aos novos tempos. Ela explica que todos os cursos fazem avaliações presenciais em polos espalhados pelo estado. Estas provas, que valem

mais para a nota geral do aluno, também passaram a ser virtuais.

Na primeira rodada, no final de abril, houve problemas de vazamento de provas, que foram canceladas. “Como não há como garantir que o aluno vai ter conexão em uma hora determinada, deixamos a prova disponível por mais tempo para o aluno acessar”. Mas, a partir do primeiro minuto de exame disponível, um aluno podia resolver as questões e fazer uma live no Instagram sobre o assunto. Quem acessasse horas depois, já estava com toda a “cola”.

“Passamos a utilizar outras ferramentas. Alguns professores ajustaram a forma de dar prova, como limitar mais o tempo, com bancos de questões, de forma que os alunos não tivessem acesso exatamente às mesmas provas, mas de mesmo nível”, informa Bruna, sobre os exames aplicados no fim de maio. “Mas ainda não chegamos a um modelo que consideramos ótimo”, completa.

A designer, no entanto, não recomenda a aplicação de provas para avaliação do ensino remoto. “Não há como fiscalizar prova a distância. Mesmo que seja possível, por exemplo, todo mundo na mesma hora, com câmera ligada e professor olhando a cara do aluno”, diz. Fora do ângulo da câmera, outra pessoa pode estar resolvendo o teste pelo estudante. “O que a literatura da educação a distância recomenda são outros tipos de avaliação que não são provas, como uma produção ao longo do semestre”. Uma alternativa é solicitar aos alunos fazerem vídeos ou podcasts.

Outra possibilidade é pedir que cada aluno da turma estude um ponto específico da matéria de forma aprofundada e escreva sobre o tema. Os textos seriam compartilhados por toda a turma. “Vai criando uma cultura que é muito comum na Ciência, que é a da avaliação pelos pares. Na graduação, isso não é feito”, observa. “Isso vai fortalecendo também os vínculos da comunidade, o que é outra preocupação nestes tempos de distanciamento. Mas isso não é simplesmente entregar videoaulas e esperar alunos façam provas ou trabalhos individualmente”, enfatiza.

Bruna também defende que os encontros síncronos, em que alunos e professor estão conectados ao mesmo tempo, devem ser usados com parcimônia. “É importante, neste momento que está muito difícil para todo mundo, escolher a hora de poder estudar. É muito importante



pensar em oferecer o ensino remoto num modelo que não seja excludente”.

PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação já está bastante próxima do modelo recomendado pela designer do Cederj. “Dar aula para 15, 20 alunos é muito diferente de dar aula para 100 alunos. A pós-graduação dificilmente tem prova. São seminários, discussões”, afirma a professora Denise Freire, pró-reitora de Pós-graduação. “Um professor da pós-graduação está, em geral, tratando com profissionais que já estão no mercado de trabalho e estão se especializando. Com isso, claro que o processo para aulas remotas na pós-graduação vai andar mais rápido, porque é mais fácil. São menos alunos por disciplina, possibilidade de avaliação mais tranquila. Flexibilidade de calendários (semestral, trimestral, bimestral)”.



DENISE FREIRE
Pró-reitora de Pós-graduação

Diretora Acadêmica da Coppe, a professora Lavinia Borges segue o mesmo entendimento.

“Na pós, essa questão é mais fluida. Nem toda disciplina faz avaliação regular, prova. Há seminários, apresentações de trabalhos, trabalhos escritos”.



NATÁLIA BORGES
Representante do DCE Mário Prata

ALUNOS QUEREM MAIS DEBATE

Já a secretária-geral da Associação de Pós-Graduandos, Kemily Toledo, defende que especialistas do campo educacional sejam convocados para o debate. “As aulas remotas não podem ser mera adaptação das aulas presenciais. Essa é uma questão curricular que deve ser discutida e planejada para garantir a qualidade das aulas, o que inclui as avaliações”.

Natália Borges, do DCE, também entende que o ensino remoto, incluindo as avaliações, deveria ser mais discutido pela comunidade acadêmica. “Um estudante que estaria na universidade assistindo às aulas, fazendo seus trabalhos, estudando, agora estará de 6 a 8 horas parado em frente a uma tela”. Ela completa: “Precisamos pensar em outros métodos. Uma proposta que não tenha-

mos uma perda na qualidade de ensino e que o aluno não saia devastado de um semestre que já é atípico”.

CONCEITO “SUFICIENTE”

Presidente licenciado da Associação de Docentes da Unicamp, o professor Wagner Romão compartilha a experiência de quem já vive o ensino remoto. Poucas semanas após a suspensão das aulas presenciais em março, a universidade paulista promoveu uma rápida migração das atividades didáticas para o ambiente virtual e deve encerrar o primeiro semestre letivo em 31 de agosto. O Conselho Universitário local determinou que as atividades desenvolvidas serão creditadas aos estudantes que cumpriram os critérios de avaliação definidos por cada docente.

Romão, que é docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, disse que sua unidade decidiu aplicar um conceito “S” de “suficiente” para os que conseguem acompanhar as atividades virtuais. E “F”, de “falta de informação”, para os demais.

“Na plataforma, só consigo interagir com metade de uma turma de 54 alunos”, diz. Os que não estão participando terão até o fim do semestre para cumprir alguma atividade que o docente vai estabelecer e passar do conceito F para o S. E assim lograr o crédito. “Vou estabelecer um trabalho final que vai tentar dar conta deste conteúdo. E que, claro, será menos exigente do que se estivéssemos em um período normal”.

(Colaboraram Lucas Abreu e Liz Mota Almeida)

Artigo

ELEONORA ZILLER
Presidente da AdUFRJ

PRECISAMOS COMEÇAR, MAS COMO?

Aos cem dias de suspensão das aulas presenciais nos perguntamos o que será de 2020.1? Ele mal havia começado. A primeira semana – tomada por aquele burburinho

confuso dos novos alunos, os excessos nas chopadas – havia apenas anunciado o que poderia ser o semestre que já prevíamos difícil. Tudo de repente silenciou, os corredores se esvaziaram como nunca... Basta que façamos um pequeno esforço para lembrarmos da emoção e do impacto que teve em nossas vidas o primeiro período da graduação, para nos aproximarmos do que houve de perda real e de frustração entre os nossos alunos ingressantes. Basta um pequeno balanço do que fizemos e do tanto que vivemos nos corredores da UFRJ durante o período passado para termos uma leve ideia do que perdemos em termos de experiência afetiva, trocas, discussões acaloradas que simplesmente não puderam existir, e pensem ainda nos cafés que não foram compartilhados. O mundo universitário é extraordinário não só por nos dar acesso ao conhecimento acadêmico, mas pela vitalidade que ele comporta nas suas mais variadas formas, na sua quase anárquica organização competindo com as montanhas de regras, portarias, calendários que tentam domesticar um cotidiano que pode ser exaustivo, mas que não

encontra paralelo em nenhum outro tipo de organização humana. Ao fim e ao cabo, para os estudantes, representa a fase mais rica da vida, atravessada pela chegada da vida adulta e pelo processo de formação profissional.

Essa perda alcança dimensões trágicas quando associada ao quadro desolador da pandemia da Covid-19, e que por si só já seria um horror, mas que no Brasil, a ausência de uma autoridade sanitária com o mínimo de competência no assunto multiplicou por muito seu impacto na sociedade. Sob o efeito da desorganização da própria vida, muitas vezes enfrentando na carne a dor pela perda de entes queridos, nossos estudantes, em sua grande maioria, ficaram sem nenhum contato com a instituição. Difícil mensurar tudo que se abateu sobre nós nesses dias de distanciamento social. Por mais protegidos que os docentes possam estar, também não tem sido fácil atravessar o desastre na qual se transformou a vida do país. Muitos de nós estão mergulhados em seus laboratórios, em suas pesquisas, enfrentando o desafio da assistência e da pesquisa, numa ampla gama de atividades de investigação, de extensão, e acompanhamento de seus orientandos. Enfim, podemos até dizer que as aulas presenciais são apenas uma parte do nosso trabalho... Mas que parte!

2020.1 não foi cancelado, e parece que permanecerá à nossa espera, para que reorganizemos o seu calendário, recuperemos o planejamento, as aulas. Mas antes disso, na graduação, há um período especial, que começa a ser cria-

do, não se sabe exatamente nem como, nem quando. Sabemos até aqui que cada unidade poderá desenhar o que pretende oferecer, ou seja, que obedecerá a demandas específicas, e que não terá caráter obrigatório, nem para docentes, nem para estudantes. Pelo visto, será tipo um ensaio geral, um caminho para experimentarmos aulas remotas. Essa condição pode ser motivadora para alguns pelas novas possibilidades que promete. Mas muitos se sentem em um tubo de ensaio, como cobaias assustadas, diante de um forte experimento que não tem escondido seus interesses. O grande capital não disfarça sua avidez em ocupar esse novo espaço, cheio de possibilidades de negócios, oportunidades que podem movimentar uma quantidade não desprezível de maquinários, expertises e principalmente, dinheiro. E isso vai além de nossas salas de aula, trata-se de um movimento internacional, que não é obra de ficção e já tomou conta de grandes universidades pelo mundo.

Não há dúvida de que estamos inaugurando uma nova era, com contornos pouco claros. Há um luto a ser feito. É algo muito maior do que planejamos o próximo semestre, ou um semestre especial, e todos esses elementos estão em jogo quando pensamos o que será da universidade daqui para frente. O processo de luto nunca é igual, nem previsível para todos. Há quem encare as transformações como estímulo imediato à ação, há quem precise se distanciar um pouco para pensar melhor todas as suas consequências. Não são poucos os professores e estudantes que já estão vivendo essa

interação tecnológica há algum tempo, mas isso não pode se transformar em régua única para toda a instituição, ainda mais com o grau de heterogeneidade e complexidade que possui a UFRJ. Alguns avaliam que as reivindicações do DCE são inalcançáveis e com isso jamais teremos a possibilidade de implementar o ensino remoto emergencial de que necessitamos. Mas essas reivindicações podem dizer muito mais do que estamos percebendo na sua superfície. Há ali um grito para que não nos percamos, para que não deixemos morrer esse mundo tão peculiar que é a universidade, e em especial, as universidades públicas e suas atividades presenciais. Há assombro em muitos de nós, há cansaço. Mas também vislumbramos novos movimentos. Há desejo e impulso vital para que não nos percamos ainda mais. E necessitamos também de tempo e de respeito para fazer essa discussão. A urgência de que necessitamos não é a da deliberação sobre o calendário, mas a de encontrar o equilíbrio entre esses impulsos, para que não façam avançar no que é realmente necessário: as respostas que devemos à sociedade e aos nossos alunos nesse período emergencial. Precisamos ser generosos em nossas convicções sobre os outros e compartilharmos a consciência de que estamos diante de algo que ninguém imaginou, planejou ou desejou viver. Nesse chão comum encontraremos o caminho, que pode começar sem respostas, e por isso mesmo, ser o melhor a ser trilhado.



O FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO RIO emitiu nota listando motivos para que as aulas presenciais da educação básica não sejam retomadas no Rio de Janeiro. A preocupação central, aponta o documento também assinado pela AdUFRJ, pela APG e pelo Sintufrj, é com a preservação da vida. As entidades afirmam a necessidade de seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde e dos pareceres da Fiocruz. E apresentam as condições de segurança essenciais para uma retomada gradual. Uma das razões pelas quais o documento considera um equívoco a volta de aulas presenciais é o aumento de casos de Covid-19 no estado. A íntegra pode ser lida em: www.adufrrj.org.br.

UFRJ VAI COMPRAR 13 MIL CHIPS PARA ESTUDANTES

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

A Pró-reitoria de Governança abriu licitação, esta semana, para oferecer 13 mil chips de dados aos estudantes mais vulneráveis da UFRJ. O objetivo é viabilizar a participação dos alunos em aulas remotas da graduação e da pós-graduação. “Vamos disponibilizar o chip para todos os alunos que ingressaram por cotas ou tenham renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio”, explicou o vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha. “Pelo nosso levantamento, seria um número menor, mas decidimos manter o perfil Pnaes, então vamos atender até 12 mil estudantes. Para a pós-gradu-

ação, com mil chips, o critério é destinar para os que não têm bolsa de pesquisa”, contou.

Os equipamentos terão uma franquia mensal de 50 Gigabytes. O contrato da franquia de dados será de seis meses, prorrogáveis por mais seis. “Nós estamos com uma expectativa de que o custo mensal fique em R\$ 10 por chip. Mas esse preço pode baixar”, disse Carlos Frederico. O dirigente informou que o Instituto Federal do Ceará realizou processo semelhante e chegou a um custo mensal de R\$ 4,98 para um chip com uma franquia de 20 Gigabytes. Os recursos para a aquisição virão do Plano Nacional de Assistência Estudantil e do orçamento próprio da UFRJ.

Desde o começo do debate

sobre aulas remotas na UFRJ, o Diretório Central dos Estudantes demanda que a adoção da modalidade seja acompanhada de políticas que garantam a inclusão de todos os alunos. “Quando percebemos que a pandemia ia se prolongar e que existia a possibilidade de atividade remota, reivindicamos a discussão na sociedade acadêmica e nos conselhos da universidade, porque não daria para debater atividade remota e não debater assistência estudantil”, explicou Natália Borges, do DCE.

O edital também prevê a aquisição de cinco mil modems portáteis, que são ligados diretamente no computador via porta USB. A expectativa é que a compra esteja concluída e os chips já possam começar a

ser distribuídos no mês de julho. “Acho que em 20 dias nós vamos conseguir disponibilizar esses chips”, disse o vice-reitor. A reitoria estuda a logística para a distribuição. Para evitar aglomerações, os alunos deverão ser divididos em grupos para buscar o material na universidade. “A distribuição provavelmente será pela data de ingresso do aluno na UFRJ”, contou o vice-reitor. “Temos ainda um problema para equacionar, que são os alunos que não moram no Rio de Janeiro e voltaram para casa durante o isolamento social”, acrescentou.

NÃO É SÓ A UFRJ

A decisão de distribuir kits de apoio tecnológico aos alunos mais vulneráveis tem sido uma prática das universidades pú-

blicas. Em abril, voluntários organizados pelo Observatório de Direitos Humanos da Unicamp entregaram um lote de equipamentos que possibilitam conexão aos alunos de graduação e pós-graduação da instituição. Foram 500 chips com 10 GB de internet por mês durante o período em que as atividades presenciais estão suspensas, além de 64 computadores e notebooks disponibilizados por unidades da própria Universidade ou doados por docentes, funcionários e pessoas da comunidade. A entrega, individual e agendada, seguiu critérios socioeconômicos. Os equipamentos retornarão para a universidade, quando as atividades presenciais forem retomadas. **(Colaborou Liz Mota Almeida)**

Movimentos da UFRJ buscam unidade interna

> FORMAS se reúne para começar a construir uma grande plenária com todos os segmentos universitários

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O coletivo FORMAS (Fórum de Mobilização e Ação Solidária da UFRJ) se reuniu com a reitoria no dia 22 de junho. O objetivo do encontro, organizado por meio virtual, foi discutir questões e dúvidas relacionadas ao ensino e ao trabalho remotos e apresentar as reivindicações das diversas categorias. Além de tentar organizar uma grande plenária aberta a toda a comunidade acadêmica.

A presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller, abriu a reunião em nome das entidades do Fórum defendendo a necessidade de construir um evento do qual pudessem participar estudantes, professores, técnicos, terceirizados e a administração central da universidade. A ideia é a defesa da instituição contra ataques do governo federal e a reafirmação da democracia no país. “A unidade interna é um ponto fundamental. Nosso inimigo já está declarado, e não está dentro da universidade”.

Sobre as demandas do movimento docente, Eleonora afirmou que apesar das diferenças, próprias entre sindicato e reitoria, a administração central sempre esteve aberta a ouvir as solicitações e sugestões dos professores da universidade. “O diálogo tem sido excelente, mas de modo geral, se percebe que a

implantação do que é acordado ainda encontra muitos entraves e controvérsias”.

O Sintufjr cobrou da reitora Denise Pires de Carvalho, presente à reunião, o compromisso com decisões firmadas em parceria com as representações da universidade. “Embora sejam construídas de maneira democrática e dialógica, na hora da execução, muitas propostas acabam se perdendo”, afirmou a diretora Joana de Angelis. Ela citou como exemplo a nota da Procuradoria da UFRJ, encaminhada às unidades no dia 18, sobre trabalho remoto. O documento acaba contrariando a Resolução criada no Conselho Universitário e levou unidades a chamarem servidores ao retorno das atividades presenciais. A dirigente classificou a situação como “desrespeito a deliberações e instâncias”, algo que, segundo Joana, “fragiliza muito” a instituição.

Dirigentes da Associação dos terceirizados, a Attufjr, Robson de Carvalho e Luciana Calixto solicitaram maior engajamento das entidades e da reitoria na proteção dos funcionários das empresas terceirizadas. Esses trabalhadores vêm sendo sistematicamente demitidos na pandemia. O próprio Robson afirmou ser assediado moralmente desde que integrou a diretoria da associação. “Venho sendo perseguido pela empresa por conta da minha representação na Attufjr e agora fui demitido”.

Os estudantes, tanto de gradu-



ação quanto de pós-graduação, explicitaram a posição favorável às aulas remotas desde que a instituição dê condições para todos acompanharem as atividades pela internet. “Não podemos mais normalizar a ideia de que uma parte dos estudantes vai ter que escolher ficar para trás”, disse Juliana Paiva, do DCE Mário Prata.

A reitora centrou sua fala na defesa da democracia e da universidade. “O Estado democrático de direito foi ferido mortalmente e o que a gente está vendo é o afastamento dos preceitos democráticos”, afirmou a professora Denise. A UFRJ foi pioneira no movimento para adiar o Enem e também lançou nota em conjunto com as instituições federais e estaduais do Rio de Janeiro exigindo

autonomia para decidirem o melhor momento de retomar as atividades presenciais, baseadas em critérios científicos. Coincidência ou não, o resultado do edital da Capes para a pós-graduação não contemplou nenhuma universidade pública do Rio de Janeiro. “Mas não vamos dar nenhum passo atrás. Estamos lutando pela universidade pública”.

O vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha elogiou a iniciativa do FORMAS. “Esse fórum é muito importante. O maior ganho é entender os desejos e os limites de cada uma das partes e construir caminhos possíveis”. Ele afirmou que a reitoria sempre atuou para proteger a saúde de seu corpo social, a população do Rio de Janeiro e a universidade. Apesar das divergências inter-

nas, o encontro foi um esforço de construção da unidade. “Nós representamos os professores e sentimos que estamos ainda muito divididos. Há quem defenda começar logo as atividades remotas, há quem defenda garantir condições para todos antes que se decida e até mesmo há quem defenda não voltar às aulas enquanto durar a pandemia e não for possível o ensino presencial. Temos uma série de tensões, argumentos e contra-argumentos em todas essas posições e é preciso o exercício de ouvir a todos e construir um caminho que dialogue com esses posicionamentos”, concluiu Eleonora.

O FORMAS é organizado pela AdUFRJ, Sintufjr, Attufjr e pelas entidades estudantis da UFRJ, DCE e APG.

NOTA DA PROCURADORIA PREOCUPA DOCENTES E TÉCNICOS

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br



REITORA disse que nota da Procuradoria é “opinativa”

a leitura que as pessoas tiveram? O que vale é a posição da Procuradoria. Os termos da nota técnica são muito pesados. O resultado é a intimidação”, criticou Roberto Gambine, um dos representantes dos técnicos no Conselho Universitário.

Denise reafirmou que a resolução nº 7 do Consuni, sobre o trabalho dos servidores da universidade durante a pandemia, segue vigente. Também observou que o lançamento da frequência dos servidores para o último pagamento foi realizado com

muita seriedade pelos dirigentes das unidades e que ocorreu um número pequeno de perdas salariais. Deu como exemplo que apenas 70 servidores perderam os adicionais de insalubridade em toda a UFRJ. “E a perda está sendo causada pelo governo. O inimigo não é interno”, concluiu.

EMERÊNCIA

O Consuni do dia 25 concedeu o título de Professor Emérito para Maria Antonieta Rubio Tyrrel, da Escola de Enfermagem Anna Nery. Vários colegas elogiaram a trajetória da docente, em especial sua atuação para a consolidação do campus da universidade em Macaé. “A universidade tem ritos e mitos. E hoje estamos celebrando um mito”, disse o professor Fran-

cisco Esteves, representante dos Titulares do Centro de Ciências da Saúde no colegiado.

ENSINO REMOTO

A reitoria vai convocar uma sessão extraordinária do Conselho Universitário apenas para discutir o ensino remoto. A medida foi provocada por uma reivindicação da bancada estudantil. Os alunos cobram condições mínimas, como auxílios emergenciais, para a implementação da modalidade.

CARLOS LESSA

A sessão do colegiado foi encerrada com a aprovação de uma moção de pesar pelo falecimento do ex-reitor Carlos Lessa. O professor dirigiu a UFRJ entre 2002 e 2003.

Ministro mente que é doutor. Tese foi reprovada

> Reitor diz que três integrantes da banca reprovaram Decotelli. Título estava no Lattes e foi anunciado por Bolsonaro. Na Marinha, ele jamais foi oficial de carreira

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Bastaram 26 horas para o Jornal da AdUFRJ, antes de qualquer outro veículo de imprensa, descobrir uma mentira e uma omissão no currículo do novo ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli. Às 15h31 da quinta-feira, 25, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a nomeação em seu perfil no Twitter e informou que o novo titular do MEC seria “doutor pela Universidade de Rosário”, da Argentina. Às 17h59 da sexta, 26, o reitor da instituição, Franco Bartolacci, negou a titulação à reportagem.

De acordo com o perfil publicado pela assessoria do MEC, o novo ministro também seria oficial da reserva da Marinha. Mas Decotelli passou apenas dois anos na Escola de Formação de Oficiais para a Reserva da Marinha (EFORM). Não se trata, portanto, de um oficial de carreira que entrou para a reserva, como faz supor o texto do ministério, mas de alguém formado para a reserva em baixa patente. Como os jovens que procuram algum estabelecimento de ensino militar para substituir o serviço militar obrigatório.

No caso mais grave encontrado até agora, o economista Decotelli chegou a concluir todos os créditos do doutorado, mas teve sua tese reprovada. “Ele não teve a tese aprovada para receber o título de doutor, portanto, ele não é doutor

pela UNR. Apresentou uma tese que foi avaliada negativamente pela banca constituída para esse fim”, afirmou o reitor argentino. Questionado, o MEC se limitou a responder que o novo ministro cumpriu todos os créditos do doutorado. A assessoria chegou a encaminhar a cópia do certificado de conclusão das disciplinas do curso. Mas nada falou sobre a tese, condição essencial para a titulação. Apesar das mentiras e omissões, Decotelli continua sendo considerado o casamento perfeito entre a ala ideológica, a ala militar e o mercado financeiro, setores que disputavam o comando da Educação. O novo número 1 do MEC tem perfil discreto, não é considerado um “olavista”, mas nem por isso foge do alinhamento com Jair Bolsonaro. Para interlocutores, o presidente afirmou que o candidato escolhido não deveria abrir mão de uma “guerra cultural” na Educação.

O novo ministro também é bastante próximo de Paulo Guedes. Para o cientista político Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ, a tendência é que Congresso, STF e mídia baixem o tom das críticas a Bolsonaro e que o novo ministro seja capaz de fatar o MEC, abrindo mais espaço aos empresários do setor. “O que vai certamente tonar mais complexa a nossa luta”, diz. O compromisso de Decotelli com a “guerra cultural”, citada pelo presidente, pode vir por meio do modelo de escolas cívico-militares, acredita o professor.

O novo ministro foi presidente



DECOTELLI com sua mãe, à esquerda, durante formatura na escola da Marinha e como novo ministro



do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre janeiro e agosto de 2019 e, sob sua gestão, fechou contratos controversos. Deu aval a uma licitação no valor de R\$ 3 bilhões, na qual foram apontadas irregularidades pela Controladoria-Geral da União, como um número de equipamentos de informática 177 vezes superior ao necessário para atender as escolas às quais seriam destinados. Dois dias depois do parecer, Decotelli foi exonerado do cargo e a licitação, cancelada. Também fechou contrato no valor de R\$ 374 milhões com a empresa Brink Mobil, escolhida por licitação, em fevereiro de 2019, para fornecer material escolar para o ensino fundamental. Em dezembro do mesmo ano o dono da empresa acabou preso pela Polícia Federal, suspeito de praticar crimes de corrupção e fraude em licitações.

A gestão de Decotelli à frente do FNDE também foi considerada ineficiente por funcionários do órgão. Ele passou 23% do tempo em que foi presidente do fundo viajando. Com a ausência, muitos processos e documentos atrasaram ou pararam. Entre janeiro e julho de 2019, nenhuma das 22 licitações previstas para acontecer tinham saído do papel. Seriam aquisições para equipamentos de informática, bibliotecas, materiais didáticos e até para ônibus escolares, para dar alguns exemplos.

A presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, também vê o anúncio com preocupação. Para a dirigente, o novo ministro amarra o acordo político feito com o centrão. “O FNDE tem muito dinheiro, mais de R\$ 50 bilhões. O centrão adentra na educação com tudo, se apodera do grande fundo, toma conta da

chave do cofre em troca da estabilidade no Congresso”, acredita.

As entidades estudantis lançaram nota assim que o nome de Decotelli foi anunciado. Afirmando que o novo ministro não tem experiência na educação, mas sim na área financeira e militar “o que é sempre motivo de preocupação”, diz trecho do documento assinado pelas associações nacionais dos estudantes secundaristas, universitários e pós-graduandos (UBES, UNE e ANPG).

Flávia Calé, presidente da ANPG, considera uma importante vitória que os olavistas tenham sido deslocados do posto mais alto do MEC. Mas vê com cautela a indicação. “O fato de ser ligado a setores financeiros e não ter trajetória na educação acende um sinal de alerta. Não podemos deixar que MEC saia da paralisação para o desmonte do seu caráter público”, afirma.

“BOLSONARO REORGANIZOU O DEBATE DA AGENDA NEOLIBERAL”

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufjr.org.br

“A pandemia não criou um novo conflito político, mas acelerou o tempo histórico dos conflitos que já existiam na política brasileira”, disse o professor Josué Medeiros, do IFCS, no último “Tamo Junto”, do dia 19. O bate-papo virtual entre os docentes, promovido pela AdUFRJ, abordou como o presidente Jair Bolsonaro usou a pandemia para avançar contra as instituições brasileiras.

Josué, que é diretor da AdUFRJ, faz parte do Núcleo de Estudos Sobre a Democracia Brasileira (NUDEB). O grupo desenvolve uma pesquisa que analisa todos os atores políticos e institucionais brasileiros

no contexto da pandemia. Seguindo o professor, o primeiro mês da maior crise sanitária mundial dos últimos 100 anos afetou bastante a imagem do presidente. “Ele tinha perdido o controle do próprio governo”, afirmou. “A expressão disso é a saída dos principais ministros, o Sérgio Moro da Justiça e o Luiz Henrique Mandetta da Saúde”, completou.

A hipótese do Núcleo é que, ao minimizar a pandemia e desafiar a Organização Mundial da Saúde, Bolsonaro expandiu uma dinâmica autoritária contra a sociedade. Com a saída de Moro e Mandetta e a perda de popularidade do seu governo, Bolsonaro se sentiu livre para atacar os governadores, a Polícia Federal e defender o uso da

cloroquina, listou o professor. “Isso representa o avanço sobre as instituições”.

A necessidade de apoio para colocar seus planos em prática fez o presidente formalizar a aliança com o Centrão, explicou Josué. “Bolsonaro reorganizou o debate da agenda neoliberal a partir do teto de gastos”, disse. “Com isso, cria uma camada de legitimação do governo dele, apoiado na elite”, completou. Para o professor, a elite brasileira tem o projeto de reorganizar o nosso ordenamento político e jurídico, sem direitos para a população “e sem uma esquerda competitiva do ponto de vista eleitoral”.

O docente chama atenção de que aliar-se ao Centrão não é garantia de governabilidade



para ninguém. “Não foi com o Collor, nem com a Dilma, nem mesmo com o Lula”. Contra o presidente, lembrou Josué, estão: uma situação internacional extremamente desfavorável, o

cenário econômico arruinado, a base mais fiel bolsonarista reduzida e a insatisfação do mundo progressista. “Não é um jogo extremamente favorável, mas ele ainda está no jogo”, concluiu.

POEMA BRASILEIRO

Ferreira Gullar - (1962)

No Piauí de cada 100 crianças que nascem
78 morrem antes de completar 8 anos de idade

No Piauí
de cada 100 crianças que nascem
78 morrem antes de completar 8 anos de idade

No Piauí
de cada 100 crianças
que nascem
78 morrem
antes
de completar
8 anos de idade

Antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade

LITERATURA EM TEMPOS DE PANDEMIA

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

No Piauí, dos anos de 1960, de cada 100 crianças que nasciam, 78 morriam antes de completar oito anos de idade. O chocante dado da mortalidade infantil brasileira foi tudo que Ferreira

Gullar precisou para fazer seu Poema Brasileiro. Mais de cinquenta mil óbitos oficiais, em três meses, no Brasil de 2020, atualizaram o tema da banalização da vida, durante evento sobre literatura e vanguarda, na terça-feira (23). “Estamos sempre convivendo com essa enorme naturalização da morte de uma parcela da população, sem que isso pareça ser doloroso para alguns”, pontuou Eleonora Ziller, uma das convidadas do debate “Política, Vanguardas e o Lugar da Literatura Brasileira em meio à crise social”. A atividade foi realizada pela AdUFRJ em parceria com a ADUR, SBPC e Anfope.

O livro ‘Dentro da noite veloz’ é considerado um marco na trajetória de Ferreira Gullar, tanto pela qualidade literária quanto pelo engajamento social, escrito entre 1962 e 1975. Nele, está ‘O açúcar’, também recitado pela presidente da AdUFRJ para, desta vez, refletir sobre as condições desiguais do isolamento social. “O branco açúcar que adoçará meu café nesta manhã de Ipanema não foi produzido por mim nem surgiu dentro do açucareiro por milagre”, declamou para, em seguida, relacionar ao atual modelo de vida “de apartamento, dos que podem se proteger da pandemia em casa”. E fecha com a analogia entre o trecho “Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura produziram este açúcar branco e puro com que adoço meu café esta manhã em Ipanema” e a dureza do trabalho “uberizado”, como entregadores de comida ou mercado que pedalam 12 horas por dia para garantir um sustento mínimo.

Machado de Assis também suscitou debates atuais. “O racismo estrutural, o genocídio de Estado e o encarceramento em massa encontra sua gênese em uma abolição inconclusa, conservadora, que extinguiu juridicamente a escravidão sem promover mudanças econômicas e sociais”, apontou a professora da Universidade de Brasília, Ana Cotrim.

Crônicas do autor testemunham em favor do argumento da docente da UnB. Uma delas, publicada no jornal Gazeta de Notícias poucos dias depois do 13 de maio de 1888. No texto, Machado de Assis não poupa ironia para mostrar a manutenção das relações de senhor e escravo apesar da mudança jurídica: “No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza: – Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um

ordenado que... – Oh! meu senhô! fico.”, diz um trecho inicial.

O texto tem seu desfecho na notícia do passado: “Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos”.

O embranquecimento do maior nome da literatura brasileira também foi registrado. “Diz muito sobre o racismo, no Brasil, Machado de Assis ter nascido negro e morrido branco para ser presidente da Academia Brasileira de Letras”, sublinhou Eleonora Ziller referindo-se à classificação “branco” do atestado de óbito do autor pardo.

VANGUARDAS: DE BAIXO PARA CIMA

A expressão da vanguarda artística está originalmente ligada aos grupamentos marginalizados da sociedade. “As vanguardas surgem, na Europa, de um amplo movimento de contestação de valores burgueses individuais, sociais e também artísticos”, argumentou o professor do Departamento de Letras e Comunicação Social da UFRRJ Marcos Pasche.

O quadro ‘Les Demoiselles d’Avignon’, de Pablo Picasso, foi usado para ilustrar. “Picasso causa escândalo com mulheres com o corpo descoberto, associadas a prostitutas, com um tipo de deformação que remete a máscaras africanas”, destacou o professor da UFRRJ, que coordena um projeto de remição de pena através da leitura. A nova estética passa então a incorporar grupos até então descartados por serem considerados “impróprios”, “feios” ou “desprezíveis”.

E onde está a vanguarda literária de hoje?

O público quer saber, depois de ouvir tanto sobre clássicos. “A única saída possível é via movimentos populares”, opinou Henri de Carvalho, pesquisador em Literatura e Música da PUC-SP. Autores periféricos, rap, grafite, ‘slam’ entram na lista. “Autorreconhecimento é fundamental. Mesmo que não haja uma estética tão desenvolvida. O ‘slam’ leva poesia às praças, são histórias e narrativas repletas de sentimento emancipador”, avaliou.

ELES INDICAM PARA ALÉM DOS CLÁSSICOS:



FERRÉZ

romancista, contista, poeta da “literatura marginal”. Obras: Fortaleza da Desilusão (1997), Capão Pecado (2001), Amanhecer Esmeralda (2005), Ninguém É Inocente em São Paulo (2006), Deus foi almoçar (2012) e Os ricos também morrem (2015).



LUIZ ALBERTO MENDES

escritor autodidata, passou 31 anos e 10 meses encarcerado em reformatórios e penitenciárias de São Paulo. Por meio de Dráuzio Varella, lançou seu primeiro romance, Memórias de um Sobrevivente, em 2001. Escrita totalmente à mão dentro do presídio, a obra foi um sucesso de vendas. Publicou ainda Às Cegas, em 2005, e Confissões de um Homem Livre, em 2015.

A QUEDA DO CÉU, de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Um relato do grande xamã e porta-voz dos Yanomami contra a destruição da floresta Amazônica.

JOGO DAS DECAPITAÇÕES, drama dirigido por Sérgio Bianchi, de 2013. Sinopse: um cineasta marginal descobre durante seu mestrado que uma obra de seu pai foi censurada pela ditadura militar, em 1973.



HIPPERTT

FERREIRA GULLAR



MACHADO DE ASSIS